

GRANDE SERTÃO VEREDAS: TERRITÓRIOS PRODUZIDOS ENTRE A LITERATURA E OS SUJEITOS (DES) (RE) TERRITORIALIZADOS

Data de submissão: 03/05/2023

Data de aceite: 03/07/2023

Juzânia Oliveira da Silva Brandão

Doutoranda em Geografia pela
Universidade de Brasília
Bolsista da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Capes
Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/3565000708470108>

RESUMO: O Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado para preservar a diversidade físico-cultural do lugar característico dos Gerais expressos no romance rosiano Grande Sertão: Veredas. Uma narrativa geográfica que descreve os elementos do bioma Cerrado: naturais e culturais. Objetiva-se aqui relacionar ideologias, sobre ocupação, progresso, modernidade em especial, suas consequências à Sociobiodiversidade na região norte e noroeste de Minas Gerais, proximidades ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Identifica-se neste espaço a interação entre distintos entes atuantes a interesses divergentes e conflituantes: áreas de proteção ambiental, progressão do monocultivo e predomínio da agroindústria. Fatos que culminam na desterritorialização das populações tradicionais que ocupam

há séculos essa região. Existe uma forma de equilíbrio entre essas duas perspectivas tão polarizadas? Onde avançar para um desenvolvimento integral socioambiental da região e onde recuar para preservar territórios de significância cultural, ambiental, para manutenção dessas expressões basilares ao constructo sociocultural brasileiro?

PALAVRAS-CHAVE: Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Populações tradicionais. Desterritorialização.

GRANDE SERTÃO VEREDAS: TERRITORIES PRODUCED BETWEEN LITERATURE AND SUBJECTS

ABSTRACT: The Grande Sertão Veredas National Park was created to preserve the physical and cultural diversity of the place characteristic “Gerais”, common areas, expressed in the romance of João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas. A geographic narrative that describes the elements of the Brazilian biome Cerrado, its natural and cultural characteristics. The objective here is to relate ideologies, about occupation, progress, modernity in particular, its consequences to Sociobiodiversity in the

North and Northwest of the Minas Gerais. In this space, the interaction between different entities that act to divergent and conflicting interests is identified: areas of environmental protection, the progression of monoculture and the predominance of agroindustry. Facts that culminate in the deterritorialization of the traditional populations that have occupied this region for centuries. Is there a way to balance these two polarized perspectives? Where to advance towards an integral socio-environmental development of the region and where to retreat to preserve territories of cultural and environmental significance, to maintain these basic expressions of the Brazilian socio-cultural construct?

KEYWORDS: Grande Sertão Veredas National Park; traditional populations; deterritorialization.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui desenvolvida faz parte dos apontamentos iniciais que irão nortear uma tese de doutorado. Ainda em sua fase de teorização, apresenta poucos resultados, intencionando-se o diálogo com outras perspectivas de análises, principalmente relacionada a empiria, para dar robustez ao seu conteúdo.

Assim, objetiva-se relacionar ideologias, sobre ocupação, progresso, modernidade em especial, suas conseqüências à Sociobiodiversidade na região norte e noroeste de Minas Gerais, proximidades ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Identifica-se neste espaço a interação entre distintos entes atuantes a interesses muitas vezes divergentes e conflitantes: áreas de proteção ambiental, progressão do monocultivo e predomínio da agroindústria, fatos que culminam na desterritorialização das populações tradicionais que ocupam há séculos essa região.

Percebe-se que os recortes municipais do estado mineiro, objeto do estudo em questão, sofreram inúmeras transformações nestes dois últimos séculos, conseqüência das ações motivadas por inúmeros fatores rumo a ideologia de ocupação e “modernização” do interior do país e assim, conforme discurso que alcançou Juscelino Kubitschek, trazer o “progresso” a toda nação brasileira.

Fato é que o Sertão rosiano e o bioma Cerrado se entrecruzam como paisagens ora potente por sua biodiversidade, ora tábula rasa que necessita de profundas transformações por parte do “dinheiro em estado puro”, como sinaliza o professor Milton Santos. Existe uma forma de equilíbrio entre essas duas perspectivas tão polarizadas? Onde avançar para um desenvolvimento integral socioambiental da região e onde recuar para preservar territórios de significância cultural, ambiental, para manutenção dessas expressões basilares ao constructo sociocultural brasileiro? Essas alguns dos apontamentos que pretende-se abordar na produção deste texto.

2 | O PARQUE NACIONAL “GRANDE SERTÃO: VEREDAS” - PNGSV

O romance Grande Sertão: Veredas retrata o sertão cerratense, mais precisamente no interior do Estado de Minas Gerais e em vezes percorrendo o território fronteiro da

Bahia e do Goiás. Este é o cenário descrito pelo jagunço Riobaldo, narrador de suas andanças pelos “Gerais”- como ele denomina a região que o encanta e fascina.

Paisagem e elementos paisagísticos que fazem do personagem um errante conhecedor dos mais diversos povoados, fazendas e, principalmente, dos caminhos que o conduzem às mais distintas veredas. Fazendo-o conhecedor da sociobiodiversidade de lugar, cita nome dos rios, dos pássaros e das árvores que encontra pelo caminho, citando nomes e características. Além de descrever aspectos da cultura e tradições presentes nos grupos sociais ali territorializados.

Relações que se dão, comumente, por camaradagem, gratidão, compadrio entre os jagunços aos seus chefias. Rivalidades constituídas por vingança, disputa de terra, interesse político, seja com outros grupos de jagunços, seja com os grupos militares do governo. Os jagunços, ao seu modo se faziam autoridade nos Gerais.

Riobaldo descreve, a partir do seu rico conhecimento sobre a biodiversidade local, passagens nos rios da região, sua travessia no Rio São Francisco quando menino com o Reinaldo e o canoieiro, na época ainda que este rio era navegável, um caminho aberto ao trânsito de pessoas, fonte de alimentos e recreação. Menciona também, com muito carinho do Rio Uruçuaia, seu rio preferido.

Demos no Rio, passamos. E, aí, a saudade de Diadorim voltou em mim, depois de tanto tempo, me custando seiscentos já andava, acoroçoado, de afogo de chegar, chegar, e perto estar. Cavalo que ama o dono, até respira do mesmo jeito. Bela é a lua, lua-lã, que torna a se sair das nuvens, mais redondada recortada. Viemos pelo Uruçuaia. Rio meu de amor é o Uruçuaia. O chapadão - onde tanto boi berra. Daí, os gerais, com o capim verdeado. Ali é que vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açôite de movimento, o tempo-das-águas de chegada, trovoadas trovando. Vaqueiros todos vaquejando. O gado esbravaçava. (ROSA, posição 950-954).

O PNGSV foi criado com intenção de preservar a diversidade físico-cultural do lugar característico dos Gerais expressos no romance rosiano *Grande Sertão: Veredas*. Uma narrativa geográfica que descreve os elementos do bioma Cerrado: naturais e culturais.

Em seus elementos naturais, expresso logo no título do romance, *Sertão*, remete-se a uma região isolada, longínqua de centros urbanos ou de médias e grandes concentrações humanas. Outra designação muito comum utilizada nesta região é o conceito de “Gerais”, terras vastas que carregam em seu maior sentido o fato de serem terras comuns, sem uma designação de propriedades.

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. o uruçuaia vem dos montões oeste. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá - fazendeiros de fazendas, almagem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. (ROSA, posição 52-56)

De acordo com Albertina Vicentini (2016), o conceito de Sertão está intimamente ligado ao conceito de Cerrado, este mais abrangente e delimitado que aquele. A denominação de Cerrado e Planalto Central começaram a ganhar mais visibilidade a partir dos anos 1950 com os discursos do então presidente Juscelino Kubitschek a respeito da construção da atual capital nacional em seu plano “desenvolvimentista”.

O discurso do cerrado, portanto, parece ser uma forma, de início de se associar ao discurso econômico e político governamental da produtividade no campo (obtido via desenvolvimento capitalista) para, posteriormente, oferecer à nação uma nova face goiana e retirar Goiás da situação de estado periférico nacional. Os discursos da Economia, Geografia Física e Planejamento Governamental, em conjunto com as pesquisas sobre o cerrado, parecem ter sido os aliados da hora em que se substitui, por aqui, a noção de fronteira. O cerrado, segundo esse discurso ideológico, seria 'a realidade' do estado no presente para o futuro. E, para quem quer começar do zero, nada mais fácil do que assumir o discurso mais asséptico (politicamente falando), mais diretivo, preciso, científico e verificável como o da geografia física: cerrado – terra sem homem e sem história – aliado à produtividade econômica. (VICENTINI, 2016, p. 25)

No entanto, para pensar e implementar no território, fonte dessas interações, ações e técnicas que convergem ao interesse e bem-estar desse todo complexo, da biodiversidade aqui existente, faz-se necessário, segundo Jonas (2006, p. 42), estender a reflexão sobre as alterações provenientes do fazer humano e “avançar para além da doutrina do agir, ou seja, da ética, até a doutrina do existir”. Para isso, é imprescindível que toda a fonte de transformação de um espaço geográfico se faça tão somente a partir de um saber preexistente, sendo ele um saber tradicional, inter e intra geracional, ou um saber previdente que sustente o saber técnico, entendendo a importância do reconhecimento da ignorância humana em constante dialética com a obrigação do saber, instruindo, através da ética, o autocontrole, elemento essencial sobre o excessivo poder abusivo das técnicas humanas à natureza extra-humana.

2.1 Território do PNGSV

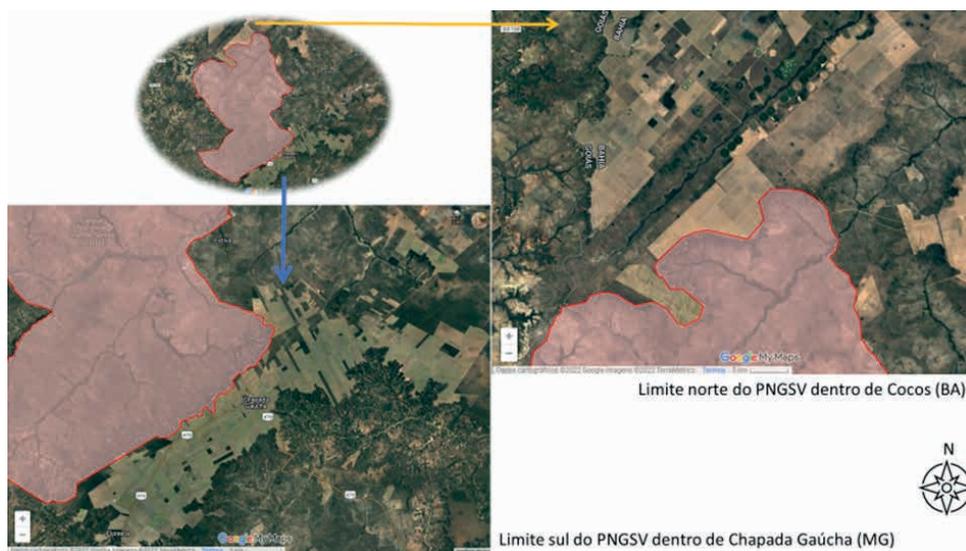
O Parque está localizado no território de dois estados brasileiros, Minas Gerais e Bahia, e também faz fronteira com a divisa de outro estado, Goiás, essa tríplice fronteira é constituída por interesses e ações específicas de ordem de interesse dos governos de cada Unidade da Federação em que o Parque se insere ou faz divisa.



Mapa 1: Localização do PNGSV

Fonte: Adaptado pela autora a partir do Google Earth (2022).

No estado baiano, a sede urbana do município de Cocos encontra-se à 390 Km do acesso por rodovia mais próximo do Parque, que situa-se em Chapada Gaúcha, Minas Gerais. Em sua porção que abriga o PNGSV naquele município, percebe-se na fronteira norte uma forte pressão no uso do solo pela produção agrícola que se utiliza do Rio Formoso para sua irrigação.



Mapa 2: Usos do território nas proximidades do PNGSV

Fonte: Adaptado pela autora a partir do Google Earth (2022).

Já na fronteira sul do Parque, a pressão se dá por parte da produção de monocultivo no município de Chapada Gaúcha.

O marco regulador primordial do Parque encontra-se no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que objetiva definir, em categorias de proteção, as áreas a serem objetos de resguardo e os entes competentes de responsabilização, nesta situação específica, federação, estados e municípios que abriga o território dessa Unidade de Conservação. Seu Plano de Manejo foi executado pela FUNATURA, Fundação Pró-Natureza, em parceria com o IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, MMA, Ministério do Meio Ambiente, então ministra, em 2003, Marina Silva. Em consonância com ações específicas estaduais e municipais.

Cabe mencionar que o decreto que cria o Parque é o Decreto N° 97.658, de 12 de abril de 1989, que demarca o território do perímetro correspondente a área a ser conservada, estando a ordem de desapropriação das terras ocupadas inseridas nos limites do novo Parque.

2.2 Territorialização do PNGSV – desterritorialização e reterritorialização

Generaliza-se cada vez mais o território. Os usos se configuram cada vez mais como expressividades de um exógeno miscigenado que nem caracteriza o próprio território em si nem, muito menos, o território que se remodela e se fixa essa miscigenação desprovida de expressões culturais produzida a partir da relação sujeito-território.

Vale ressaltar que nisso a América Latina tem histórico porém, diferentemente da miscigenação cultural entre ameríndios, africanos e europeus, fato que gerou a diversidade pluricultural brasileira, atualmente, essa implosão da multiplicidade de ideologias que expressam, em poucos índices culturais, efêmeros, se espraiam e instalam a aculturação, desterritorialização, típico das sociedades urbanas que não se reconhecem em suas culturas originárias, buscando a qualquer preço exportar os traços culturais da moda, tornando-se simulacros de identidades vazias.

Ao citar Raffestin (1986, 1988), Haesbaert (1997) menciona que aquele autor muito se dedicou ao conceito de território, denominou o processo de T-D-R: Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização. Nesse autor, a territorialização humana, seus laços constituídos na relação com o território de vivência “pode ser definida como ‘o conjunto de relações que desenvolve uma coletividade – e, portanto, um indivíduo que a ela pertence – com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1986, p. 183, 1988, p. 365, apud HAESBAERT, 1997, p. 32).

Segundo Haesbaert (1997), é atribuído ao que grupos migratórios sulistas denominam por “modernização” o que gera confronto direto com as tradições das populações locais previamente instaladas, gerando interferência direta no processo de reformulação de novos territórios: novas formas de territorialização sulista frente à desterritorialização dominante,

mas não exclusiva, entre os sujeitos ali situados previamente.

Em síntese, podemos afirmar que a desterritorialização contemporânea, fruto sobretudo de uma longa história das relações capitalistas, é produto/ produtora das inovações tecnológicas impostas pelos capitalistas e pela sociedade de consumo, que podem gerar uma crescente mobilidade (de pessoas, mercadorias e informações), do relativo desmonte do Estado-nação e do domínio que exercia sobre sua territorialidade (enfraquecendo as formas tradicionais de cidadania e de controle político sobre as transformações territoriais) e da crise de valores que gera uma crise de identidades, incluindo as identidades com a natureza (cada vez mais devastada e “enclausurada” em reservas de acesso controlado) e com o território em sentido mais amplo (HAESBAERT, 1997, p. 112).

Ainda na constituição conceitual deste autor, tecendo novos arranjos políticos e uma atmosfera de atritos culturais somados a competitividade e desigualdade socioeconômica. Capaz de promover territórios virtualmente abertos e potencialmente “multiculturais, porém, também é passível de destruir fronteiras de controle e referência, diluir relações interpessoais diretas, mediadas por dispositivos de tecnologia, a promover desemprego estrutural e o “novo nomadismo” de empregos temporários, o que afeta profundamente a desigualdade entre os diferentes estratos sociais.

Tal qual Santos (2002) sintetiza que, com muita frequência, as ideias de lugar e localização, antes gêmeas, aparecem dissociadas:

Uma dada fração do território permanece no mesmo ponto de encontro das coordenadas geodésicas, marcada pelas mesmas características geográficas e frequentemente guardando o mesmo nome herdado. Isso é o seu lugar físico. Sua localização, seu lugar econômico e social (e político), está mudando, segundo uma lei que é a da nação como um todo. No caso do brasileiro, tal mudança, rude e perversa, frequentemente decorre de fatores distantes e estranhos, sem possibilidade de contraponto local. A própria lógica interna de lugar, que deveria guar e apoiar as tarefas dos governos locais, é com frequência deslocada, tornada alheia, no sentido de estranha. Mas a organização político-territorial ainda é pensada como se houvesse unidade entre lugar e localização e como se os meios materiais e jurídicos para enfrentar a nova síntese histórica pudessem ser os mesmos. (SANTOS, 2002, p. 22-23)

A categoria de lugar, na maioria dos territórios, configura-se meros receptáculos de rupturas culturais, conduzindo os sujeitos do lugar, antes territorializados, expressões da errância. Enquanto no território os Estados se organizam e, a partir de simulacros que combinam recortes temporais específicos, ressaltam a estrutura dos grupos que estão no poder, utilizando-se desses simulacros como uma espécie de “coleira” da existência coletiva grupo social ali instalado momentaneamente.

A época de produção do romance, era comum os poucos que detinham registros de terras, cediam porções aos que hoje se identificam como generalistas, grupos uni ou plurifamiliares que se instalavam nessas terras compreendidas como Gerais, nas margens

Os grupos indígenas ou populações tradicionais, como o caso dos geralistas detinham “apenas” a posse física do território que habitavam. Essa territorialização se deu ao longo de séculos de uso por uma sequência de antecessores, com vasto conhecimento do território, principalmente no que se referia biodiversidade desta região: conhecimento sobre plantas e animais, designação de usos, plantio e colheita em equilíbrio com o que o solo e o clima possibilitava.

Em suma, as populações territorializadas na região, foram desterritorializadas. Os indígenas foram expulsos, quando não massacrados pelos bandeirantes que impuseram, a força, a posse documentada das terras. E, atualmente, os geralistas e quilombolas que habitavam o que hoje se faz território do Parque, foram retirados e reterritorializados em Projetos de Assentamentos (PA) nas proximidades desta Unidade de Conservação. O que configurou um processo irreversível de aculturação, pois antes os geralistas tinham uma possibilidade de plantio e criação de animais para seu sustento. Assim, em sua maioria, eles se instalavam em regiões de veredas para realizar suas plantações, pois ali tem água, espaços da produção dos fazeres da vida humana, por isso também conhecidos como veredeiros.

Com a implementação do Parque os veredeiros foram retirados das veredas, além de dispor de um território vasto que garantia sua expressão cultural, e assentados em Projetos de Assentamento em Chapadas. Aos que conhecem essa forma de relevo como os próprios veredeiros, sabem que, secularmente, não se planta em chapadas, pois, como escreveu Guimarães Rosa, nas chapadas a água “sorveta”,

Ou seja, nas chapadas, a água não faz poça, ela infiltra a 180, 200 metros de profundidade. Por isso, o camponês não consegue plantar na chapada. Essa água que infiltra, vai formar o lençol, que escoar para a vereda. Ali, sim, ele planta. As populações tradicionais de Cerrado estabelecem, então, uma combinação de práticas produtivas, ecologicamente adaptadas às características de cada uma dessas feições. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 7)

Logo, esse deslocamento de território, imprime uma perversa ruptura entre o sujeito e seu território. Esse deslocamento não é somente físico é também temporal, extrai do sujeito territorializado a ausência de uso e usufruto dos eventos e lugares de seu passado, provocando mudanças permanentes em sua identidade e, conseqüentemente, cultura. Desterritorializando o sujeito em seu tempo-espaço.

O Cerrado tem um enorme patrimônio acumulado de conhecimentos, de dinâmicas ecológicas e de especificidades e complementariedades entre as unidades da paisagem. Com base nesse acervo, nos últimos anos algumas iniciativas em torno do agroextrativismo vêm se estruturando. Algumas extraem mais de 100 produtos, a partir de resinas, frutos etc., beneficiando milhares de famílias. Essas iniciativas dão um testemunho dessa convivência entre agricultura e extrativismo, do manejo integrado das paisagens de Cerrado por seus povos. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 8)

Para se alcançar a defesa das áreas que se deseja preservar, através das Unidades de Conservação, antes há a necessidade de se entender que essa preservação passa, prioritariamente pelos povos que ali residem e convivem, muitas vezes, em equilíbrio com o lugar em uma complexa e profunda relação com o território, expressão de vida a esses sujeitos territorializados. Uma vez que, os que destroem a diversidade do lugar são os externos a esse lugar, sem nenhuma relação convívio e representatividade identitária.

3 | A RETERRITORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DO PNGSV

O enfoque desta pesquisa se dará, principalmente, nos municípios mineiros, uma vez que as ações e impactos da instalação do PNGSV se percebe sobretudo no território deste estado, seja no caráter literário da obra de Rosa, seja nos usos e conflitos ali existentes.

Compreender a forma de atuação e o protagonismo desses entes político-administrativos é essencial para caracterizar o papel dessas pequenas cidades em sua dinâmica local e também global, uma vez que, esses municípios desempenham atividades de repercussão nesses dois âmbitos, seja na projeção do romance rosiano, seja na produção de commodities ao mercado global.

Para isso, é imprescindível registrar que, assim como expõe Endlich (2006, p. 52), esses “pequenos centros urbanos” carregam em sua trajetória histórica e expressão territorial diferenças, “possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas”. A dinamização relacional dessas cidades, através de interação com” atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como polos microrregionais.”

encontra-se na mesorregião do noroeste mineiro, fazendo parte do Arranjo Populacional de Brasília, Distrito Federal, está sendo de categoria metropolitana nacional de nível 1B.

Para se compreender a relação de influência que o PNGSV exerce nessa região é importante mencionar suas proporções em cada município segundo seu Plano de Manejo.

Da área total do Parque (83.363 hectares), 70% (58.800 ha) está dentro do município de Formoso, 20% (16.800 ha) no município de Arinos e 10% (8.400 ha) no município da Chapada Gaúcha. Esta parte pertencente à Chapada Gaúcha, anteriormente pertencia ao município de Januária. A partir de 2000, através de lei estadual, parte da área de Januária foi incorporada ao município da Chapada Gaúcha, na qual está inserida a área do Parque. (FUNATURA, 2003, p. 33).

Os municípios que atualmente integram o PNGSV, na carta de comemoração do centenário da independência brasileira, datam de 1927, aparece como territórios pertencentes a dois municípios, Januária e Paracatu, ambos com uma abrangência grande de terras no norte e noroeste mineiro.

Devido aos fomentos federais e estaduais à interiorização do Brasil como PRODECER (Programa de Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados) POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) que, segundo Matos e Pessôa (2014), atuou ativamente através de crédito agrícola, subsídios para exportação, incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura (eletrificação rural, implemento de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos e insumos agrícolas), construção de rodovias para expandir a agricultura empresarial no Cerrado . Reflexo disso pode ser percebido nos municípios mineiros que sofreram uma radical transformação político-territorial, desmembramentos múltiplos externos e, junto a esses, sobreposição e imposições histórico-culturais dos novos “colonizadores”, em especial, os sulistas, habitantes da região sul do país que, através de incentivos financeiros adquiriram grandes propriedades de terras a um baixo custo.

O Estado, por intermédio de políticas planejadas para o espaço agrário brasileiro, centraliza e determina o direcionamento da expansão do capital. O direcionamento para as áreas do Cerrado ocorreu após a década de 1970, a partir das políticas do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), com estratégias para ocupar economicamente e integrar essa região às demais regiões do Brasil. No entanto, as políticas públicas para a ocupação econômica e populacional dessas áreas tiveram os primeiros comandos nos anos 1930, com a Marcha para o Oeste, seguida pelos projetos de colonização e também pela construção de Brasília. Todos esses fatores, em especial a transferência da capital federal para o Planalto Central, metamorfosearam a configuração econômica e social da região Centro-Oeste do país. Essas metamorfoses foram ampliadas com a modernização da agricultura. (MATOS; PESSÔA, 2014, p.10-11)

Vale ressaltar aqui, que foi a partir de meados do século XX que, amparado por estudos e correção de solo que, institutos com Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária), “fizeram” das terras do Cerrado “produtivas”, até então, “pobres” e de pouco valor econômico. O mesmo poderia se dizer da própria região norte e noroeste mineiro, tida como uma das regiões mais “pobres” (e aqui se lê, improdutiva economicamente) deste estado brasileiro.

Apesar de conter a menor parcela do território do PNGSV, é no município de Chapada Gaúcha que se localiza o único portal de acesso ao Parque, fator esse que insere esse município também nas ações de turismo que são realizadas no Parque. Porém, em oposição a esse fato, percebe-se que a infraestrutura turística ainda é insipiente, possuindo poucos serviços e empreendimentos voltados ao fomento do turismo no Parque, seja por parte do setor público local, seja por parte do setor privado, havendo pequena oferta de hospedagem, guiamento turístico, alimentação, voltadas a atender esse público.

No estado baiano, o município de Cocos tem registro de sua história desde meados de 1712, ainda como arraial, tendo como primeiros habitantes originários, indígenas Caiapós que possuíam aldeia nas margens do Rio Carinhonha. Porém, com a chegada do hora caixeiro-viajante, hora mestre-de-campo do Rio São Francisco, Manuel Nunes Viana, instituído pelo Governador Geral de Minas Gerais em 1703, com a missão de criar gado, combater indígenas considerados hostis, extinguir quilombos existentes, punir bandidos, aventureiros e estrangeiros que permanecessem em terras do reino português, dentre outras. Que posteriormente, estabeleceu-se na região em 1712, ficou conhecido por bandeirante e aclamado pela historicidade registrada do município em questão. A partir daí o arraial se constituiu. Como em sua maioria dos municípios brasileiros, o nome Cocos designa, segundo o IBGE Cidades (2018), de uma antiga moradora que vivia margeando o Rio Itaguari. Ali, vendia coco babaçu e hospedava feirantes viajantes pela região.

Ao analisar a região, percebe-se que o Brasil regressa ao período do império, só que agora, não sendo Portugal o principal algoz, mas o que acostumou-se a chamar de capital, a liquidez generalizada de recursos econômicos das mais múltiplas fontes. Retoma-se o extensivo monocultivo, não mais de cana-de-açúcar no nordeste, devastando a Mata Atlântica do litoral brasileiro mas sim o bioma Cerrado, onde estão concentrados as fontes dos principais recursos hídricos nacionais. E ao mesmo passo que se secam esses recursos hídricos, juntamente, seguem minguando os recursos culturais dos sujeitos do lugar com a perda de seus territórios de existência.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior erro que se incorreu no “enclosure” na demarcação do Parque foi interpretar que somente a “unidiversidade” natural precisava ser preservada, jogando na sarjeta de assentamentos a memória da maior parte do livro de Guimarães Rosa, os povos e personalidades retratadas, Riobaldo, demais jagunços, fazendeiros, ribeirinhos, quilombolas, todos os geralistas que, sem seu registro de existência, nunca haveria de ter

sido produzido o romance. Uma vez que é a existência do sujeito e sua relação íntima com seu território que nasce toda a trama da narrativa do Riobaldo. O sujeito que de tanto viver o território, torna-se parte integrante deste, em uma simbiose vital, onde sua separação sentencia ambos as mais diversas mazelas, a principal delas, a desterritorialização do sujeito territorializado, toda sua cultura e tradição, todo seu conhecimento, toda sua expressão de existência, o próprio sujeito.

A polarização entre o que se apresenta através da ideologia formulada como “modernidade” que se reproduz por vias de índices de crescimento econômico isolados de seu contexto socioambiental atual a partir das atividades que, por um viés político e econômico, adota-se na região a produção exacerbada e descontrolada de monocultivos que se estende por uma vasta extensão cerratense, inviabilizando o desenvolvimento socioambiental e, por consequência, gera maior disparidade entre quem se beneficia com esse tipo de produção, e quem de fato resiste no lugar. Beneficiários unicamente do capital ali gerado que muitas vezes nem neste território se encontram, ausência de relação sujeito-território, constituem residência em grandes metrópoles mundiais.

Aqui, é importante ressaltar o aumento da insegurança alimentar dos cidadãos brasileiros e da criação dos “desertos alimentares” – substituição de alimentos naturais por alimentos processados ou ultraprocessados, muitas vezes provenientes de altos graus de agrotóxicos, um segmento que enriquece cada vez mais a indústria farmacêutica com seus inúmeros suplementos nutricionais.

Constata-se assim, mais uma vez, as solidariedades verticais entre empresas de diferentes segmentos que se beneficiam mutuamente com as mazelas humanas, ou seja, retira-se o alimento em sua forma natural da base da alimentação do brasileiro, seleciona um número mínimo de alimentos que serão reproduzidos e processados em seu extremo - ao ponto de alguns não mais conseguirem ser reproduzidos de forma natural, como é o caso de espécies de trigo – oferta alta de produtos ultraprocessados de base principal de trigo, milho, com grande quantidade de açúcares, gorduras saturadas e sal.

Aliado a isso, toda uma indústria farmacêutica “pronta” para repor as ausências de nutrientes, causa das deficiências alimentares. Nesses processos cíclicos e viciosos, onde analistas extremamente especializados produzem relatórios, estudos, pesquisas para dar suporte estatístico e construir ideologias que sustentem esses embasamentos propagados por empresas cada vez mais nefastas, que se utilizam, frequentemente, do termo “sustentabilidade”. Pesquisas essas completamente separadas dos territórios que são friamente analisados por imagens de satélites e sustentadas em outros relatórios estatísticos, metadiscursos ideológicos, sem nenhum compromisso com a complexidade e integridade do território e da sociobiodiversidade real.

Aponta-se aqui como alternativa ao desenvolvimento regional, o que poderia gerar um equilíbrio entre o crescimento econômico das empresas multinacionais e um real desenvolvimento social e ambiental, seria fortalecer os produtores rurais através de

incentivos à produção e reconhecimento de sua real importância na constituição alimentar nacional. Estes que ainda resistem e que, verdadeiramente, alimenta o brasileiro.

Não aos brasileiros que estão produzindo ração para animais estrangeiros em suas casas confortáveis na Suíça, mas os que residem e resistem em solo nacional, sendo, frequentemente, envenenado por agrotóxicos, seja através dos sistemas hídricos comprometidos, seja na aplicação direta desses produtos no solo, seja através do consumo dos alimentos originados a partir deste tipo de plantio.

Os incentivos acima mencionados precisam ser criados, em paralelo com o aparelho estatal-privado, uma vez que se percebe uma forte aliança entre as políticas forjadas por esse desgoverno atual e esses grupos de empresários que tem por interesse captar cada vez mais, recursos econômicos, sem nenhuma responsabilização socioambiental, verdadeiros cânceres no corpo enfermo das sociedades pós-modernas.

Fato é que o conhecimento científico se associou também a esse grupo de poderio econômico. Isso é algo que precisa ser mudado, a academias, universidades próximas a região em questão, em especial os cursos da área das Ciências Humanas, precisa voltar a fazer parte deste cenário, de maneira mais atuante e fornecer instrumentos e alternativas de desenvolvimento aos grupos sociais desprovidos de conhecimento a ativar ações políticas em seu favor. Essa balança tem que voltar a ser equilibrada, de um lado sujeitos do “dinheiro em estado puro”, do outro, sujeitos da “garantia e continuidade da vida”, em suas diversas formas de expressão.

REFERÊNCIAS

ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente.

GOOGLE EARTH. Versão 7.3.4.8642 (64-bit). Acesso em: 14 de fevereiro de 2022. [software].

HAESBERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

IBGE Cidades, 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 21 de abril de 2018.

FUNATURA. Plano de manejo: Parque Nacional Grande Sertão Veredas. MMA/IBAMA/FUNATURA, Brasília, 2003.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

JOSÉ, Oiliam. Índigenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Edições MP, 1965. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3AJose-1965%20indigenas/JoseOiliam_1965_IndigenasMG.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2022.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. In: Revista CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. v. 9, n. 17, p. 6-26, abril, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade: diálogo com o Carlos Walter Porto-Gonçalves. [Entrevista cedida a] Mônica Nogueira. Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 5, n. 3, p. 159-168, setembro à dezembro, 2014.

PROJETO CHOROGRAPHICO Municipal do Estado de Minas Gerais – 1927: Estudos Críticos, 2022. Disponível em:<<http://www.albumchorographico1927.com.br/>>. Acesso em: 11 de março de 2022.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1967. E-book (8564 posições).

SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

VICENTINI, Albertina. Tal Sertão, Qual Cerrado? Goiânia: Gráfica UFG, 2016.